

Um periódico em defesa da indústria nacional:

análise da *Tribuna Militar* (1881-82)¹

Guillaume Azevedo Marques de Saes

(aluno de Doutorado do Programa de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Hideiki Nozoe, e bolsista FAPESP)

guillaumedesaes@usp.br

Resumo:

*O objetivo deste artigo é analisar as posições do periódico **Tribuna Militar** (1881-82) a respeito de questões econômicas, com destaque para sua defesa enfática da indústria nacional e sua crítica virulenta ao caráter agrário da economia brasileira. Para nós, este jornal, já estudado por autores como John Schulz e William S. Dudley, e publicado por militares brasileiros no início da década marcada pela grave crise político-militar que culminou na derrubada da monarquia, serve como indício de que por trás da rebelião contra as autoridades imperiais havia muito mais do que uma questão de orgulho corporativo: esta rebeldia poderia traduzir também, embora de forma não explícita, uma contestação da estrutura sócio-econômica vigente que era fundada na escravidão e na exportação de produtos primários.*

Palavras-chave: imprensa; militares; indústria.

Abstract:

*This article intends to analyse the ideas of the journal **Tribuna Militar** (1881-82) about economic issues, especially its emphatic defense of national industry and its virulent criticism of the agricultural nature of the Brazilian economy. For us, this newspaper, already studied by authors like John Schulz and William S. Dudley, and published by the Brazilian military in the beginning of the decade of political and military crisis that brought about the fall of the monarchy, might indicate that the rebellion against imperial authorities was not only a matter of corporate pride. This rebellion expressed, even if not explicitly, the opposition to the dominant social and economic structure that was based on slavery and on the exportation of primary products.*

Keywords: press; military; industry.

¹ Este artigo é uma versão modificada do texto **Um projeto econômico: análise do jornal *Tribuna Militar* (1881-82)**, apresentado no Programa de Seminários de História Econômica promovido pelo Hermes & Clio – Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica, no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, em 31 de março de 2009, e no VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e realizado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, no período de 6 a 8 de setembro de 2009. Agradecemos aos professores participantes destas seções pelas sugestões que nos ajudaram a melhorar o texto. Agradecemos também ao Prof. Steven Topik pelas críticas e sugestões em seu parecer para este artigo.


 nosso objetivo aqui neste artigo é analisar as posições do periódico **Tribuna Militar** (1881-82) a respeito de questões econômicas, com destaque para sua defesa da indústria nacional e sua crítica ao caráter agrário da economia brasileira. Para nós, este jornal, publicado por militares brasileiros no início de uma turbulenta década marcada por uma grave crise político-militar que culminou na derrubada da monarquia, serve como indício de que por trás da rebelião contra as autoridades imperiais havia muito mais do que uma questão de orgulho corporativo: esta rebeldia poderia traduzir também, embora de forma não explícita, uma contestação da estrutura sócio-econômica vigente, esta última fundada na escravidão e na exportação de produtos primários para o exterior.

A defesa de um modelo de desenvolvimento antagônico à ordem sócio-econômica do Império já estava presente na imprensa militar na década de 1850. Apesar de leal ao Imperador, o jornal **O Militar**, que circulou nos períodos 1854-55 e 1860-61, contestava abertamente a ordem sócio-econômica vigente. Este periódico, estudado por John Schulz (1994)², apresentava reivindicações voltadas tanto para o terreno técnico-profissional (defesa do serviço militar obrigatório) como para o progresso social (abolição da escravidão e política de incentivo à imigração européia) e para o desenvolvimento nacional (política de expansão das vias de comunicação [ferrovias, estradas e telégrafos] e de incentivo às atividades industriais). Acusando a elite imperial (a “classe legista”) de desprezar e de dificultar, através de um conjunto de leis e regulamentos, o desenvolvimento industrial, **O Militar** defendia uma política de crédito e tarifas protecionistas para a indústria. Encontramos posições similares na **Tribuna Militar**, jornal também estudado por John Schulz (1994)³ e que circulou no período 1881-82. Optamos por analisar aqui

2 Ver capítulo 2, *Reformadores e revoltados*.

3 Ver capítulo 4, *O Exército desprezado*.

as posições deste periódico no que diz respeito ao desenvolvimento econômico pelo fato dele ter circulado num momento correspondente à eclosão da rebelião militar contra a ordem imperial, suas posições podendo refletir melhor as posições da oficialidade revolucionária daquele momento histórico.

O jornal **Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz** era bissemanal e circulou entre julho de 1881 e março de 1882, sendo publicado pela **Typographia da Tribuna Militar**, no Rio de Janeiro, e tendo como responsável o nome de J. A. de Castro Miranda.⁴ Os artigos deste periódico **não são assinados**, muito provavelmente para se evitar uma punição por indisciplina, já que se trata de uma publicação realizada por militares contendo fortes críticas à ordem vigente e a autoridades do regime imperial⁵. Segundo William S. Dudley (1975, 60-61), a **Tribuna Militar**, continuação sob outro nome do jornal **O Soldado**, que circulou entre março e julho de 1881, desapareceu sem razão aparente. Para nós, pode haver duas explicações para este desaparecimento: a primeira seria de ordem material e financeira, já que encontramos na primeira página de diversos números queixas sobre a situação precária do jornal e comentários sobre a necessidade de se aumentarem as assinaturas; a segunda seria de ordem política, as pressões de parte de setores civis e militares comprometidos com a ordem vigente, setores que viam este tipo de publicação

4 *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*. Rio de Janeiro: Typographia da Tribuna Militar, 1881-82.

Este periódico está disponível em versão micro-filmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**. Não encontramos referências sobre este J. A. de Castro Miranda.

5 As posições críticas do jornal para com a ordem vigente chegam a atingir um representante da alta oficialidade do Exército como o Visconde de Pelotas, numa série de artigos criticando a atuação deste à frente do Ministério da Guerra (1880-81) e apresentando-o como agente do Partido Liberal e de Silveira Martins e não como representante autêntico dos interesses de sua corporação (ver o sétimo artigo da série, **O ministério do visconde de Pelotas – VII. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz**, ano I, no. 8, 28 de julho de 1881, p. 2-3). Silveira Martins era naquele momento o grande líder liberal do Rio Grande do Sul, e se tornaria conhecido por suas posições conservadoras no que diz respeito à escravidão e por sua hostilidade aos militares.

como uma ameaça à disciplina militar, tornando inviável a sobrevivência do jornal.

Assim como **O Militar**, a **Tribuna Militar** não se ocupava somente de questões propriamente militares, como também de questões políticas, sociais e econômicas.

No que diz respeito às primeiras, o jornal alerta para o despreparo militar do Império diante das eternas ameaças platinas, deixando claro sua preocupação com a modernização da organização militar argentina, em contraste com a estagnação da organização militar brasileira⁶. E de fato, o período pós-Guerra do Paraguai corresponde a uma fase de retração do Estado brasileiro na área militar, com redução proporcional do orçamento e do efetivo das forças armadas, enquanto que países como a Argentina e o Chile iniciariam um processo de modernização de suas forças militares, o primeiro com a vinda de instrutores europeus já no final da década de 1860, e o segundo com a contratação, na década de 1880, de uma missão militar alemã⁷.

Já no que toca às questões políticas, o periódico se apresenta ao mesmo tempo como **apartidário** e representante da **classe militar**, alega que a princípio nenhum tipo de regime, seja ele monarquia ou república, é bom ou ruim, tudo dependendo na verdade de seu conteúdo e não de sua forma, e defende a tese de que a classe militar deve estar pronta para intervir em

momentos de crise política da nação, apoiar os governos honrados e respeitadores da lei e se colocar contra os governos que não seguem os bons princípios⁸. Este tipo de posição política, moderada se a compararmos com as posições de outro jornal militar, **O Nihilista**, que já no ano de 1883 pregava abertamente a derrubada do regime imperial⁹, consiste no nosso entender numa manifestação, mesmo que embrionária, do conceito de “soldado cidadão”. Segundo este conceito, trabalhado por José Murilo de Carvalho (2005, 38-40), o soldado deveria deixar de ser um mero cumpridor de ordens e se tornar um cidadão capaz de interpretar a política do governo (no sentido de saber se ela é benéfica ou maléfica para a pátria), e de, a partir daí, tomar posição em relação a ela. Esta ideologia, desenvolvida durante as agitações militares desta década de 1880 e retomada quarenta anos depois pelos tenentes revolucionários que pegavam em armas contra a república oligárquica, leva logicamente a uma justificação do intervencionismo militar na vida política do país. Podemos constatar, a partir daí, que a **Tribuna Militar** é uma publicação essencialmente **política** na medida em que dedica boa parte de seus números a uma análise dos problemas do país. Sua visão crítica da vida política brasileira está manifesta neste artigo que faz lembrar as posições de Virginio Santa Rosa, grande ensaísta apologista do tenentismo, contra o poder dos coronéis da República Velha:

O que dissemos do fazendeiro de café aplicada-se, *mutatis mutandis*, ao fazendeiro de açúcar, aos potentados das províncias do norte, aos estancieiros do sul, aos mineradores do centro,

6 Estas idéias estão presentes, por exemplo, no editorial do número de 18 de setembro de 1881 (*Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 23, 18 de setembro de 1881, p. 1-2). O editorial de um dos últimos números do jornal, que comemora o 12º aniversário do final da Guerra do Paraguai, denuncia o sucateamento das forças armadas brasileiras no período posterior ao conflito (ver *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano II, no. 17, 2 de março de 1882).

7 Para a política militar do Império após a Guerra do Paraguai, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 142-143. SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**, p. 75-76 e MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 147-151. Sobre a política de modernização dos exércitos argentino e chileno ver ROUQUIÉ, Alain. **O estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 97 e 99.

8 Ver *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 4, 14 de julho de 1881, p. 1. Nossa missão na imprensa. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 40, 17 de novembro de 1881, p. 1-2, e **Os princípios**. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 43, 27 de novembro de 1881, p. 1.

9 Ver o editorial de **O nihilista: orgao dos operarios, do exercito e da armada**. Rio de Janeiro, ano I, no. 23, 6 de abril de 1883, p. 1). Os números 22 e 23 deste periódico estão disponíveis em versão microfilmada no Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Para mais informações sobre este jornal, que visivelmente representava as tendências mais radicais e revolucionárias dentro do movimento militar contra o Império, ver SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**, p. 95-98.

etc. etc.; são os donos das terras, os proprietários territoriais. Eles e os negociantes formam a massa da gente que tem o que perder; eles constituem a nação brasileira, *essencialmente agrícola* e deles é que saem os eleitores e vereadores, os *fagundes* e os pais da pátria, os comendadores e os barões. O mais tudo é fósforo, é gente que não tem o que perder. São, como já dissemos, nove milhões de analfabetos, entestando com dois milhões de gente que tem, que sabe onde traz o nariz *que é instruída*. [...] Planta-se e colhe-se café, planta-se cana e faz-se açúcar como até aqui, porque o país é *essencialmente agrícola*. [...] Os nove milhões de fósforos não servem para nada; quando muito podem fornecer *voluntários* para o exército e a armada, cocheiros e condutores para bondes, guarda-freios e guarda-cancelas para estradas de ferro, foguistas e por algum milagre, maquinistas para locomotivas e vapores e disse. Nas fazendas e nas roças eles são os agregados, os peões, os tropeiros, os capangas. E como se vê bem claramente, em tempo de eleição essa caterva adquire uma tal ou qual importância, porque por meio dela é que se avança à conquista das urnas.¹⁰

Admiradores da Revolução Francesa¹¹, os autores do periódico estão visando claramente, em suas críticas, a elite política do Império, isto é a elite do que mais tarde se tornaria o **ancien régime**.

Apesar do editorial de 28 de julho de 1881 se mostrar otimista em relação ao futuro, elogiando a reforma eleitoral daquele ano, prevendo a extinção da escravidão, o desenvolvimento da instrução pública, da indústria, das estradas de ferro, do comércio e da lavoura, e o progresso cultural e religioso do país¹², os artigos deste periódico tendem em geral a ser extrema-

mente críticos para com a ordem social e econômica vigente. Este é o teor do texto seguinte:

Nós temos o defeito de aplicar a todas as nossas coisas o *laissez passer* da indolência que nos é congênita.

Somos o país mais atrasado na instrução, na indústria, em tudo quanto determina a riqueza de outras nações. Tudo importamos, nada sabemos exportar.

Nossos estaleiros servem apenas para concertos, e a não ser algumas *Traripes*, só uma ou outra canhoneira nela se constrói. Em geral somente escaleres, lanchões etc.

Só agora é que se está experimentando o nosso ferro de Ipanema, fábrica esta custeada pelo estado desde os tempos coloniais (!) e até hoje *única* no país. A respeito de estradas de ferro a de D. Pedro 2º é o único espécime a que todos os governos dispensaram alguma atenção. Nossas fronteiras são solicitadas por ferrovias estrangeiras! e o nosso mais fidalgo inimigo atinge-as de um modo assustador.

A indiferença... por que não diremos a verdade? o nosso desastrado desleixo, porém, cruza os braços, e deixa que o inimigo nos cerque, nos comprima e esmague. Só quando levantar sobre nós a massa que nos há de derrubar o primeiro homem, e que os parentes deste gremem e ameacem ou o estrangeiro exija a garantia de sua colônia, então chega a vez do *fervet opus*, desordenado, cego, alucinado da defesa tardia, quando qualquer remédio ao mal for impossível, e a morte sobrevenha à crise.

Nem o exemplo da questão inglesa – Christie; - nem a provação dolorosa que nos trouxe o Paraguai, nem a atividade de reorganização do exército argentino, nem o lançamento de suas vias telegráficas, de suas estradas de ferro convergindo todas às nossas fronteiras, nos movem, nos ensinam a fazer respeitar as nossas casas!

Não se diga que somos pusilânimes e visionários. Os dois fatos acima citados, quando com a rapidez dos desastres caíram sobre o país, as vítimas primeiras fomos nós, - os militares - e temos receio de continuar a ser o hirco expiatório da desídia e do erro dos nossos governos.¹³

¹⁰ Como são as coisas. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país*, ano I, no. 3, 10 de julho de 1881.

Observação: com exceção dos títulos, a ortografia dos trechos que transcrevemos aqui foi adaptada para a dos dias atuais.

¹¹ Ver a efeméride O aniversário da Bastilha, homenageando o aniversário da revolução de 1789. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país*, ano I, no. 5, 17 de julho de 1881.

¹² *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país*, no. 8, 28 de julho de 1881.

¹³ Se vis pacem... *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país*, ano I, no. 24, 22 de setembro de 1881, p. 1.

Encontramos aqui uma associação entre atraso econômico e vulnerabilidade militar, pensamento que será bastante difundido posteriormente nos meios militares. As vias de comunicação (no caso as estradas de ferro e as linhas telegráficas) aparecem como elemento de valor geopolítico e militar, por interligar o país e, desta forma, ajudá-lo a construir um sistema de defesa mais sólido. O texto menciona a famosa fábrica de ferro de São João de Ipanema, fábrica estatal fundada em 1810 pela monarquia portuguesa exilada no Brasil e que funcionou, com interrupções, na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, até o seu fechamento em 1895; sua baixa produtividade e baixa competitividade diante do ferro importado da Europa (em especial do ferro inglês) fez com que a fábrica tivesse pouca utilidade militar, vindo a contribuir de fato para a fabricação de outro tipo de equipamento, como utensílios agrícolas e material ferroviário.¹⁴

No que diz respeito às questões sociais, a **Tribuna Militar** apoiava a campanha abolicionista, o que pode ser constatado com base no artigo **Escola Militar**, de 28 de julho de 1881, que relata uma festa abolicionista do Clube da Emancipação ocorrida na Escola Militar¹⁵,

14 Ipanema não teve participação na fabricação de armamento durante a Guerra do Paraguai, os arsenais da Corte vindo a usar ferro importado. A pouca ou nenhuma utilidade militar da fábrica explica porque ela, a princípio submetida ao Ministério da Guerra, passou, em 1877, para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (para maiores detalhes sobre a fábrica, ver SANTOS, Nilton Pereira dos. *Um projeto geopolítico do governo Imperial Brasileiro: a fábrica de ferro São João de Ipanema (1860-1889)*. Trabalho apresentado no Seminário de pós-graduação em História Econômica, realizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 3 a 5 de setembro de 2008). Para Wilson Suzigan (SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 257-258), fábricas brasileiras de ferro do século XIX como a de Ipanema e outras de vida mais curta situadas em Minas Gerais, como a Fábrica Patriótica, a do Morro do Pilar e a de Caeté, fundiram ferro em pequena quantidade e de forma intermitente; ao contrário do ferro europeu, e especialmente do inglês, que correspondia a um estágio mais avançado da indústria siderúrgica e que, portanto, era mais abundante, mais barato e de melhor qualidade, o ferro brasileiro era caro, de baixa qualidade e produzido em pequena quantidade.

15 Esta festa contou com a participação de nomes como o general Severiano da Fonseca (irmão de Deodoro da Fonseca), que distribuiu cinco cartas de liberdade em nome do clube, Jaime Benévolo, Saturnino Cardoso, Melquíades de Souza, Rodolfo Pau Brasil, Faria de Albuquerque, Cunha Teles, Ulysses Cabral, Godoy, Herculano de Araújo, Thomaz Alves, Servílio Gonçalves, João Clapp, Gomes dos Santos e Campos Porto (**Escola militar. Tribuna militar: órgão das classes**

e no poema **Os escravos**, recitado pelo jovem militar Servílio Gonçalves em sessão magna do Clube dos Libertos, e publicado no número de 28 de agosto de 1881.¹⁶

As posições da **Tribuna Militar** em relação às questões econômicas, além da defesa de medidas como a nacionalização da navegação de cabotagem¹⁷ e a nacionalização do comércio a retalho¹⁸ (que se tornariam bandeiras dos movimentos nacionalistas do início da República), consistem essencialmente numa defesa enfática da **indústria nacional**:

Esta é uma águia¹⁹ que se impluma. Encara os espaços infinitos e ensaia o vôo de sua pujança. Desembarcem-lhe as asas, e ela voará a princípio por sobre os abismos e por sobre a voragem das tentativas arriscadas; mas fortalecida depois, amparada com cautela, a medir a extensão de seus titubeantes e mal seguros planos, ganhará a firmeza do vôo, e moderadamente se lançará na vastidão de seu completo desenvolvimento.

O governo que nos der a segurança de termos em bases sólidas o fundamento de nossa indústria, esse será por certo o salvador do país.

Nossa fortuna, nossa riqueza, nossa glória, dependem desse esforço único.

Desde que ele não for acolhido e praticado, teremos a confusão que nos rege desde que somos nação independente, a balbúrdia das finanças, o desequilíbrio já crônico constante entre a receita e a despesa, e por conseguinte o

militares e dos interesses gerais do país, ano I, no. 8, 28 de julho de 1881, p. 1).

16 **Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país**, ano I, no. 17, 28 de agosto de 1881, p. 3.

17 Para sustentar esta posição, o editorial de 31 de julho de 1881 transcreve um artigo do periódico **Agricultor Progressista**, que defende a nacionalização da navegação de cabotagem com base na ideia de que cada navio e pelo menos dois terços de sua tripulação deveriam ser brasileiros; o proprietário poderia ser estrangeiro, tendo no entanto que se naturalizar no caso em que ele próprio comandasse o navio (**Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país**, ano I, no. 9, 31 de julho de 1881, p. 1).

18 O número de 29 de setembro de 1881 publicava um artigo do advogado e político Henrique Alves de Carvalho, onde este anunciava a sua candidatura para a Câmara dos Deputados com base num programa defendendo uma reforma política liberal do Império (abolição do Poder Moderador; temporariedade do Senado e ampliação do direito de voto) e reformas econômicas como a nacionalização da navegação de cabotagem e do comércio a retalho e a redução de impostos (**Aos eleitores da Corte. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país**, ano I, no. 26, 29 de setembro de 1881, p. 3).

19 O artigo está se referindo à indústria nacional.

descrédito e a ruína.

Chega-nos de sobejo a longa experiência de 60 anos de provas, e aborrece-nos já a crença tão ridicularizada de que o – *Brasil é um país essencialmente agrícola*, para não dizermos – essencialmente do *palavrório*.²⁰

Quem seriam os adversários do desenvolvimento industrial? Para o jornal, os **livre-cambistas**, vistos aqui como teóricos influenciados por idéias estrangeiras sem pé na realidade brasileira:

Continua a desgraçada mania das *sabenças de livro*, de princípios e regras decoradas, que sem critério nem reflexão querem aplicar-se a todo transe em circunstâncias inteiramente diversas. Nem a lição de meio século de existência como inculcada nação independente ainda nos escarmenta das perniciosas doutrinas que têm mantido o pobre Brasil no estado de *país essencialmente agrícola*.

Na grande imprensa, no parlamento, no governo ainda predominam idéias e princípios financeiros absolutamente inaplicáveis às circunstâncias especiais do país, e os homens completamente imbuídos naquilo que lêem nos livros, mas não diferem, enrolados nas magnificências da frase dos mais eminentes escritores, continuam a apregoar os mesmos princípios, a reclamar pela rigorosa aplicação deles, e não têm olhos para ver as conseqüências desgraçadas que têm apresentado na prática. [...] Neste caso estão os defensores do *livre-câmbio* aplicando aos que condenam essa desordenada liberdade, o nome de *protecionistas*. [...] Os propugnadores do *free trade* aplicam o nome de *protecionistas* a todos os que não estão pelo livre-câmbio em absoluto, e sob o nome de *proteccionismo* condenam toda e qualquer proteção às indústrias, proteção que aliás é de rigorosa obrigação para a governança de qualquer estado, cujo pessoal governativo se compenetre da missão que lhe é incumbida – A prosperidade da pátria.²¹

Este trecho, extraído do primeiro de

20 Indústria nacional. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano II, no. 18, 5 de março de 1882, p. 1-2.

21 Proteccionismo. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 35, 30 de outubro de 1881, p. 1-2.

uma longa série de artigos intitulada **Proteccionismo**, mostra a que ponto as **tarifas protecionistas** eram consideradas, pelo jornal, fator determinante para o desenvolvimento industrial do país. Associando-os aos escritores da escola realista, para ele falsos retratistas da realidade social, o jornal acusa os livre-cambistas de defender o livre comércio e condenar a proteção às manufaturas nacionais sem considerar (por ignorância ou por má fé) fatores como os privilégios e os monopólios, que tornam a liberdade de comércio, tal qual a concebem os teóricos, impossível²²; além do mais, os livre-cambistas não levam em conta que a defesa do livre comércio é uma arma ideológica das nações imperialistas, em especial a Inglaterra, que procuram empurrar para as outras nações seus produtos manufaturados de má qualidade.²³ Para ilustrar suas teses protecionistas, o jornal se apóia no exemplo dos Estados Unidos, que através do proteccionismo conseguiram preservar sua indústria da concorrência europeia e, desta forma, se transformaram numa grande potência econômica:

Se fosse em absoluto verdadeira a doutrina do livre-câmbio, ela não seria pregada quase que exclusivamente pelos autores europeus, e teria igualmente voga nos Estados Unidos. Ainda mais, para formal e decisiva condenação das nossas teorias econômicas, nos Estados Unidos predomina realmente o proteccionismo, um proteccionismo racional, baseado sobre a observação das conveniências industriais que se apresentam, mas sempre proteccionismo real e eficaz que faz com que a grande competidora das indústrias européias possa suplantá-las em outros países em todas as espécies de artefatos que lhe são convenientes. Basta-nos olhar para o que a grande nação nos apresenta nos produtos de litografia e marcenaria, nos quais deixa a perder de vista os similares que a indústria europeia oferece.²⁴

22 Proteccionismo. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 36, 3 de novembro de 1881, p. 1-2.

23 Ver o editorial da *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 37, 6 de novembro de 1881, p. 1.

24 *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz*, ano I, no. 37, 6 de novembro de 1881, p. 1.

O Estado deve ter, portanto, uma função central no desenvolvimento industrial do país, protegendo as manufaturas brasileiras da concorrência estrangeira e da ação maléfica dos financistas inescrupulosos:

Quando se pede proteção para as indústrias 1º não se pede só elevação de direitos aduaneiros 2º não se pede essa elevação de direitos sobre produtos similares e baixamento dele sobre as matérias primas, senão para as indústrias viáveis, como as de tecidos [...] 3º que a proteção pedida é principalmente contra as fraudes comerciais, que fingem fornecer mais barato e fornecem um barato que sai caro. [...] O Estado é o pai, ou deve sê-lo, das indústrias honestas e o zeloso tutor que as deve defender da ganância dos traficantes.

Se não fosse, não teria do direito de varejar as casas de negócio para mandar deitar ao mar os gêneros podres, para fazer respeitar a lei das marcas, para evitar que se venda gato por lebre ao consumidor etc. etc.²⁵

Trata-se aqui, portanto, da defesa do papel do Estado como regulador da economia, como impulsionador do desenvolvimento manufatureiro, e não, ainda, da defesa de sua intervenção direta na produção. Por **indústrias viáveis** o autor do artigo entende as indústrias que têm condições de se desenvolver no país. No entanto, apesar do artigo mencionar o setor têxtil, não encontramos precisões sobre as demais indústrias “viáveis”, e também não encontramos uma relação das indústrias “inviáveis”. Aparentemente o artigo não está se referindo à famosa distinção entre **indústria natural**, cuja produção pode se basear exclusivamente nos recursos do país, e **indústria artificial**, que é obrigada a importar matéria-prima e maquinaria. Esta distinção era justamente usada pelos adversários do protecionismo industrial, que viam neste a defesa de setores parasitários e um fator de aumento do custo de vida no país; as indústrias “naturais”, ao con-

trário das “artificiais”, por serem menos custosas seriam para eles capazes de se desenvolver sozinhas, isto é sem a proteção tarifária do governo.²⁶

Qual(is) setor(es) da indústria deveria(m) ser privilegiado(s)? No que diz respeito a esta questão, a **Tribuna Militar** não parece se definir. Embora encontremos referências a áreas como a militar (esta de forma bastante vaga por sinal)²⁷, a siderúrgica, a têxtil e a alimentícia, não conseguimos perceber uma ênfase especial em alguma delas. Melhor dizendo, não encontramos um setor específico escolhido para a linha de frente do processo de industrialização, como a indústria pesada no projeto econômico dos militares da década de 1930. Os diferentes ramos da indústria são colocados dentro mesmo patamar, sem hierarquização em ordem de importância e prioridade, o que nos leva a crer que se trata aqui mais de uma defesa **ideológica** da indústria em geral, vista como o único caminho possível para o país atingir sua autarquia econômica, do que de uma defesa baseada em conhecimentos precisos e detalhados. O jornal, por exemplo, não parece se preocupar com o estado de atraso técnico das fábricas brasileiras, que num período em que a **grande indústria** estava em processo de con-

26 Sobre o debate **indústria natural** X **indústria artificial**, que adquiriu maior notoriedade durante a República Velha, ver LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961, capítulo III, **Aspectos do pensamento nacionalista brasileiro**.

27 O único artigo que encontramos no jornal abordando um setor específico da indústria militar brasileira é o artigo intitulado **Construção naval**, publicado no número de 30 de outubro de 1881 para comemorar a construção, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, da primeira canhoneira de ferro fabricada no país. O Ministro da Marinha, Lima Duarte, é homenageado como o grande pioneiro da construção de navios de ferro no Brasil. Para o artigo, “os inimigos de nossa indústria, os incapazes de se inspirarem no sentimento pátrio, aqueles que guerream essa gloriosa tentativa, os magister que supunham o operário brasileiro incapaz de seguir as leis evolucionistas do progresso como eles são incapazes de engrandecer nossa pátria senão pelo ridículo das citações de estrangeiros, devem a esta hora estar, não dremos arrependidos porque o arrependimento pressupõe virtude de emendar, mas envergonhados ante a inépcia de suas sentenciosas asseverações. O jornal aproveita, portanto, a ocasião para mais uma investida contra os inimigos da indústria nacional: “Tudo no Brasil padece perseguição, ainda que sejam as mais úteis idéias. Teme-se que o povo se ilustre, se emancipe da velha Europa, viva de si para si. O industrial, o artista, sofre a mais desnaturada guerra desses pedagogos de pergaminho, que com honrosas exceções, se inculcam os sábios, os únicos pensadores, os únicos árbitros do país” (**Construção naval. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do país**, ano I, no. 35, 30 de outubro de 1881, p. 2).

25 Exposição industrial. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do país*, ano I, no. 49, 18 de dezembro de 1881, p. 1-2.

solidação nas grandes potências européias e nos Estados Unidos, não passavam em sua grande maioria de **pequenas unidades artesanais ou manufatureiras**.²⁸ A ampla satisfação com o estado técnico da indústria brasileira é visível neste artigo sobre a exposição industrial de 1881 no Rio de Janeiro. O artigo revela um ufanismo sem pé na realidade:

Deslumbra o aspecto daquele harmonioso conjunto industrial.

Perante aquele certame do esforço individual ou coletivo ressalta o vigor e força de vontade de nossos patrícios tão perseguidos pela desgraçada preferência que no país se concede a tudo quanto de ruim nos envia o estrangeiro.

Entrar naquela vasta praça de nossa produção é encarar de frente com o maior documento de nossa energia.

Aqueles tecidos de algodão, as locomotivas, viaturas produtos de cerâmica... em uma palavra: todo aquele agrupamento da indústria nacional é uma pungente ironia, um sarcasmo vivo lançado àqueles que negam-nos os meios de sermos o que somos pela estulta presunção de que o Brasil é um país essencialmente agrícola.

A exposição industrial de 1881 – precipitadamente imaginada, sofregamente resolvida, e atropeladamente realizada, é uma prova, um desmentido solene, que deve a estas horas haver confundido aos inimigos do movimento de nossa independência manufatureira.

Aquele palácio está nos dizendo que tudo te-

28 Francisco Iglésias, ao comentar a evolução da indústria brasileira de 1850 ao fim do Império afirma o seguinte: "Foram empenhos consideráveis, de 1850 a 89: as antigas fiações e tecelagem, generalizadas pelas províncias; as fábricas de chapéus, inúmeras e por vezes bem montadas; retrós, calçados e artigos de couro, vidro, louça, produtos químicos, instrumentos de ótica, náuticos, engenharia; alimentos – açúcar, laticínios, carnes, massas, doces, vinhos, cigarros, sabão, velas; fundições. As unidades em regra são pequenas, as mais comuns são mesmo muito pequenas, destinando-se ao consumo de área restrita – algumas vilas ou a província. São inúmeras no interior, pelas dificuldades de comunicação, pois só em meados do século tem início a rede ferroviária e põe-se empenho nos caminhos de terra, possibilitando assim a chegada de mercadoria litorânea ou estrangeira. Em época de apreciável tecnologia em alguns centros europeus e nos Estados Unidos, o Brasil continua preso a padrões rotineiros, sem adotar o conseguido pelo empirismo ou pela ciência. A sociedade patriarcal resiste à máquina, temerosa de alteração da velha estrutura. Se poucos particulares, com sentido empresarial, instalam em fazendas ou fábricas urbanas a novidade, se o Estado incentiva o gosto e o emprego de inventos modernos, com a importação de alguns, com a concessão de privilégios, isenções e prêmios a quem os admite ou concebe, a extensão das experiências é reduzida" (IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 51-52).

mos e tudo podemos ter sem a cotação da indústria de além-mar.

O ferro de nossas fábricas não tem rival, e as rodas de nossos trens aí estão para prova.

A marcenaria do país sem competidora no universo ergue-se pujante, rica de matéria-prima.

Os produtos naturais, os tecidos, os vinhos, cereais, tudo em uma palavra, do melhor, do mais puro e da mais perfeita aplicação.

A agricultura aí está bem representada pela variedade de seus artefatos, máquinas, instrumentos de lavoura e engenhos diversos.

Os trabalhos de arame, camas, viveiros, redes, grades e outros acessórios confundem tanto pela variedade como por sua útil aplicação. [...]

O deslumbramento que nos deixou a Exposição industrial de 1881, bem como a História do Brasil, nos convence de uma coisa que já há muito vaticinávamos: e é que o Brasil caminha a passos de gigante para o termo de sua grandeza; e que não estará longe o dia de tamanha glória.

Abra-se seu seio à [ilegível], e exonere-se nossa nascente e rica indústria das peias que a cercam, rejeitemos os maus produtos da importação estrangeira, e tanto basta para tocarmos a meta de nosso desenvolvimento social.²⁹

Segundo o texto, portanto, a industrialização do país não estaria dependendo de um maior desenvolvimento técnico das fábricas, na medida em que estas **aparentemente** já produziam produtos de alta qualidade e em quantidade suficiente para abastecer o mercado brasileiro, e sim de uma legislação que dificultasse a entrada dos produtos estrangeiros que concorriam com os nacionais. Este tipo de argumentação se aproxima bastante das reivindicações dos industriais da época, reivindicações de caráter essencialmente classista que pediam medidas governamentais que beneficiassem as fábricas nacionais (aumento de tarifas para produtos estrangeiros similares aos fabricados aqui e redução de tarifas para máquinas e matéria-prima importadas necessárias para o funcionamento das fábricas), sem contudo

29 A exposição industrial. *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país*, ano I, no. 49, 18 de dezembro de 1881, p. 3.

demonstrar preocupação com a modernização estrutural das unidades industriais e nem com o desenvolvimento geral do país. É este, por exemplo, o teor do discurso da Associação Industrial, entidade fundada em 1880 reunindo representantes de fábricas de tecidos, chapéus, velas, produtos químicos, construções navais, fundições, além de donos de estabelecimentos que ainda estavam no nível artesanal (caldeiros, serralheiros, latoeiros, alfaiates, marceneiros, carpinteiros), e que se concentrava na defesa de uma política tarifária protecionista; o comprometimento desta associação com a conservação da ordem sócio-econômica pode ser ilustrado pela figura de seu primeiro presidente, o fabricante têxtil mineiro Antonio Felício dos Santos, que também era militante anti-abolicionista.³⁰

Esta associação entre de um lado protecionismo e industrialismo e do outro livre-cambismo e agrarismo precisa, inclusive, ser nuançada: num país cujo setor industrial não somente é arcaico como desinteressado em se modernizar, as medidas protecionistas, ao invés de estimular o desenvolvimento industrial do país, podem simplesmente freá-lo. É esta linha de pensamento que levou Napoleão III, o esclarecido chefe de Estado da França de 1848 a 1870, assim como grande defensor da industrialização, a adotar uma política livre-cambista: ao mesmo tempo em que defendia a intervenção do Estado na economia e punha em prática um vasto programa de desenvolvimento abrangendo as vias de comunicação (estradas, telégrafos, navegação fluvial e sobretudo a construção de uma imensa e complexa rede ferroviária), a infra-estrutura (modernização das cidades e dos portos), a modernização da agricultura e o desenvolvimento industrial (este último através da criação de

um setor bancário dedicado especificamente ao financiamento das atividades industriais), realizava a partir de 1860 uma política de redução de tarifas permitindo a entrada dos produtos manufaturados ingleses e obrigando desta forma o arcaico setor manufatureiro francês a se tornar mais competitivo e a se transformar em grande indústria.³¹

Além do mais, apesar de abolicionistas, os articulistas da **Tribuna Militar** não parecem fazer a associação entre escravidão e atraso industrial, aparentemente não levando em conta os obstáculos, impostos pela escravidão, à formação de um mercado de trabalho baseado numa mão-de-obra livre e assalariada, sem o qual não pode haver desenvolvimento capitalista.³² O seu abolicionismo é mais de cunho moral e político, isto é, uma revolta contra o caráter injusto da ordem escravista, do que fundado em preocupações econômicas.

Podemos dizer, portanto, que para a **Tribuna Militar**, uma política de desenvolvimento industrial deveria consistir essencialmen-

31 *Através de um tratado comercial assinado com a Inglaterra em 23 de janeiro de 1860, a França se comprometia a reduzir as tarifas sobre o carvão e os produtos manufaturados ingleses, enquanto que a Inglaterra se comprometia a reduzir as tarifas sobre o vinho, o álcool e produtos acabados (como os de moda e de luxo) franceses. Apesar de a primeira vista parecer "agrarista" por prejudicar as manufaturas francesas, esta medida foi acompanhada por uma política de financiamento da indústria nacional através de um setor bancário dedicado especialmente ao investimento industrial (caso do Crédit Mobilier). De qualquer forma, a política de desenvolvimento de Napoleão III em seu conjunto foi decisiva para a posterior transformação da França em país industrial. Para a política tarifária e financeira de Napoleão III, ver GERSCHENKRON, Alexander: **El atraso económico en su perspectiva histórica**. In: GERSCHENKRON, Alexander: **Atraso económico e industrialización**. 2ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1973, p. 17-25. Para uma visão geral do governo de Napoleão III, ver ANCEAU, Éric. **La France de 1848 à 1870: entre ordre et mouvement**. Paris: Librairie Générale Française, 2002.*

32 Para Jacob Gorender, "o modo de produção capitalista é absolutamente incompatível com o trabalho escravo. Seu desenvolvimento depende da formação de um mercado de mão-de-obra despossuída, abundante e juridicamente livre para ser assalariada, sob contratos de trabalho rescindíveis quando convier ao empregador". Para este autor, "esse tipo de mercado de mão-de-obra começou a se constituir no Brasil na segunda metade do século XIX, porém sua expansão permaneceu fortemente restringida enquanto subsistiu a instituição servil. A persistência da escravidão fazia do ócio apanágio do homem livre, de tal maneira que muitos despossuídos preferiam a marginalidade e a indigência ao trabalho assalariado. Também a imigração de trabalhadores europeus, enquanto sobrevivesse a escravidão, encontraria sérios impedimentos" (GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**, p. 19-20).

30 Toda esta discussão sobre a relação entre o desenvolvimento industrial autônomo do país e protecionismo alfandegário está presente no clássico de Nícia Vilela Luz (LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil**). Para o anti-abolicionismo de Felício dos Santos, ver GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 23.

te numa proteção às fábricas já existentes, o que de fato para nós está mais próximo da defesa dos interesses de uma fração de classe (a burguesia manufatureira nacional) do que de um verdadeiro projeto contestador e alternativo ao caráter agro-exportador da economia brasileira.

Podemos, resumidamente, expor as principais posições da **Tribuna Militar** que analisamos atrás: no terreno militar, preocupação com a segurança do país ameaçada pelo expansionismo argentino; no terreno político, crítica virulenta ao atraso e ao exclusivismo da elite brasileira, isentando, no entanto, a monarquia e a figura do Imperador; no terreno social, apoio à causa abolicionista; e no terreno econômico, defesa da transformação do Brasil de país agrícola em país industrial.

No que diz respeito especificamente às posições industrializantes do jornal, constatamos a pouca precisão dos artigos do periódico quanto aos setores da indústria que deveriam ser privilegiados numa política de desenvolvimento e a ausência de preocupação quanto ao atraso técnico das fábricas brasileiras, as tarifas protecionistas aparecendo aqui como suficientes para viabilizar o desenvolvimento industrial do país. Além do mais, a condenação da elite agrária que dominava o país não é acompanhada por uma contestação da estrutura fundiária: ao contrário do tenentismo do início da década de 1930, não encontramos aqui um projeto de reforma agrária e de destruição do latifúndio improdutivo, as críticas do periódico, já prenunciando o jacobinismo florianista, visando de preferência setores como o grande comércio urbano.³³ Para o jor-

33 A preocupação do jornal com a ação nefasta dos comerciantes inescrupulosos e parasitários levaria à publicação de uma série de nove artigos intitulada *Praxes comerciais*, cujo objetivo, ao parafrasear artigos de Herbert Spencer sobre as práticas comerciais na Inglaterra, era denunciar as atividades parasitárias dos grandes grupos comerciais no Brasil (imaginamos que a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro estivesse particularmente visada). No segundo artigo da série encontramos uma interessante análise das atividades do **grande comércio atacadista**, e mais especificamente da figura intermediária do **comprador**, funcionário das grandes casas comerciais cuja função era

nal, o papel reservado ao Estado no processo de industrialização deveria ser o de regulador das atividades econômicas e o de impulsionador do desenvolvimento industrial; não se trata ainda, portanto, de uma defesa da intervenção direta do Estado na produção, esta só acontecendo de forma sistemática mais de meio século depois, com a criação das indústrias estatais de base pelo Estado Novo.

Os articulistas da **Tribuna Militar**, inclusive, não parecem fazer a distinção entre as atividades de transformação que ainda estão no nível **artesanal** (que acontecem em oficinas onde o trabalhador manual fabrica inteiramente o produto com seus próprios instrumentos de trabalho), as que estão no nível **manufatureiro** (que acontecem em unidades maiores, as fábricas, onde um tipo de mercadoria é produzido em escala maior e com maior velocidade, e onde há uma divisão do trabalho na qual cada trabalhador se especializa na fabricação de uma parte do produto, o trabalho sendo em geral manual com o uso de máquinas para tarefas secundárias) e as que já podem ser classificadas como **grande indústria** (que acontece em grandes unidades onde a mercadoria é fabricada em grande escala e velocidade e onde domina a produção mecanizada)³⁴. Como pudemos constatar na leitura dos textos que transcrevemos aqui, setores da economia nacional que estão no nível manufatureiro, como o têxtil e a fabricação de ferro, e setores que estão no nível artesanal, como a

comprar as mercadorias dos fabricantes e vendê-las para os pequenos comerciantes retalhistas, usando de todos os artifícios, inclusive da corrupção, para conseguir efetuar suas transações com o maior lucro possível, explorando desta forma a todos (fabricantes, comerciantes retalhistas e consumidores). Ver *Praxes comerciais II. Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país*, ano I, no. 45, 4 de dezembro de 1881, p. 1-2.

34 A questão da diferença entre artesanato, manufatura e grande indústria está presente em SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, ver capítulo *Antecedentes*, item *Capitalismo e burguesia* (p. 17-30). Ver também SODRÉ, Nelson Werneck. *Fundamentos de economia marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, capítulo *Expansão manufatureira*, onde o autor seleciona trechos de Karl Marx sobre a formação da manufatura e a transformação desta em grande indústria mecanizada.

marcenaria e a cerâmica, são igualmente classificados como atividades **industriais** sem maiores distinções, o que nos leva a crer que o conceito de **indústria** ainda não era, naquele momento, muito preciso (talvez até por se desconhecer a amplitude que estava tomando o desenvolvimento industrial nas grandes potências européias e nos Estados Unidos).

No entanto, é bom ressaltar, o jornal distingue bem essas atividades de transformação (sejam elas artesanais ou manufatureiras) das atividades agrícolas e pastoris: melhor dizendo, não encontramos em nenhum momento uma referência às atividades agrícolas e pastoris como sendo atividades **industriais**, não sendo encontradas expressões como “indústria do café”, “indústria do açúcar” e “indústria pastoril”. A **indústria** é encarada aqui como atividade de transformação de produtos primários em produtos artesanais ou manufaturados, e não simplesmente como “atividade econômica produtiva” (em contraposição a atividades econômicas “improdutivas” como o comércio e os bancos), na qual poderiam ser inseridas a agricultura e a pecuária.

O que podemos dizer, de qualquer forma, é que as posições do periódico a respeito das questões econômicas apresentam uma desproporção entre a grandeza de seu principal objetivo (como dissemos, **transformação do Brasil de país agrícola em país industrial**) e os limites dos meios concebidos para atingi-lo (medidas de proteção a um setor manufatureiro embrionário e sem envergadura).

Quem seriam os articulistas da **Tribuna Militar**? Como frisamos no início deste trabalho, os artigos do periódico não são assinados. No entanto, podemos levantar pelo menos três hipóteses sobre a sua autoria, hipóteses que no nosso entender se completam. A primeira delas é a de que os autores dos artigos pertenciam ao

Exército, e não à conservadora e aristocrática Marinha, cuja identificação com a ordem vigente era maior.³⁵ A segunda é a de que se trataria de alunos militares ou oficiais em início de carreira, já que para nós o tom inflamado dos artigos denuncia a juventude de seus autores. E a terceira é a de que seriam oficiais pertencentes às chamadas **armas técnicas** (estado-maior, artilharia e engenharia), isto é uma oficialidade qualificada, que por sua formação acentuadamente científica e baseada nos moldes dos exércitos da Europa burguesa, tenderia naturalmente a abraçar projetos econômicos industrializantes; acreditamos que esta preocupação atingiria com menos força, por exemplo, os oficiais pertencentes à infantaria e à cavalaria, menos influenciados por essa formação científica.³⁶ Esta questão do peso da formação científica no pensamento desenvolvimentista dos militares brasileiros é bastante enfatizada por autores como John Schulz³⁷ e Jehovah Motta³⁸. Não descartamos, inclusive, a hipótese

35 A Marinha teria atuação apagada nas agitações político-militares da década de 1880, assim como aceitaria passivamente a derrubada do regime imperial, provavelmente por não possuir forças para enfrentar a ação política da oficialidade revolucionária do Exército. Posteriormente, já no início do período republicano, a alta oficialidade naval se envolveria nas lutas políticas, só que assumindo uma postura contra-revolucionária, encarnada no monarquismo de Saldanha da Gama.

36 Segundo as normas então vigentes no Exército, estabelecidas por lei de 1850, os oficiais de estado-maior, artilharia e engenharia eram obrigados a concluir curso de nível universitário para suas respectivas armas, enquanto que os oficiais de infantaria e cavalaria podiam ascender na carreira sem diploma (ver SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**, capítulo 1, 1850 – Uma carreira se abre ao talento).

37 Para Schulz, “não é de surpreender que os jovens oficiais tenham se rebelado contra a ordem imperial. Nos anos cinquenta, a academia militar da capital continuou a ser uma ilha de instrução em uma sociedade constituída por uma maioria analfabeta. Os estudantes militares liam muito e tinham uma melhor noção dos acontecimentos internacionais do que a maioria dos seus compatriotas. Instruídos por engenheiros, os estudantes reconheciam a importância da indústria e de novos métodos de transporte como, por exemplo, as ferrovias. [...] Já na década de 50, os estudantes militares reconheciam que a abolição fornecia a base para a modernização. Os oficiais tampouco ignoravam que elite fazendeira, fundamentada na escravidão e no desemprego, era o principal obstáculo ao progresso do Brasil” (SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**, p. 31). Ao falar dos “anos cinquenta”, o autor está se referindo, neste trecho, à década de 1850.

38 Jehovah Motta assim descreve o peso da formação científica na mentalidade desenvolvimentista do militar brasileiro: “o Exército pode ostentar a glória de ter organizado os primeiros estudos de engenharia que se realizaram no Brasil. [...] Durante muitas décadas foram formados pelo Exército os engenheiros com que o Brasil contou. Os primeiros trabalhos de topografia e de geodésia, os primeiros canais, as primeiras e indecisas estradas rumo ao interior foram obras de engenheiros formados pela Academia Militar. Partindo desse fato, não é de estagnar-se a vocação do homem de farda brasileiro para encarar os problemas do País em termos de criação e administração da riqueza nacional. O

de Serzedelo Corrêa, engenheiro militar que nasceu em 1858 e que se tornaria um notório militante em defesa da indústria nacional, ser um dos articulistas do jornal.³⁹

Embora seja notória a preocupação desses militares com a segurança do país e a modernização das Forças Armadas, não acreditamos que tenham sido, pelo menos prioritariamente, razões de defesa que levaram os militares brasileiros a abraçar um projeto industrializante; ou seja, no nosso entender não se pode confundir este projeto industrializante com reivindicações de caráter corporativo. Embora, à primeira vista, a idéia de que a frustração das reivindicações por melhorias na área militar (demandas por mais verba, melhores salários, melhor equipamento, infra-estrutura, etc.) teria levado a uma radicalização política da oficialidade contra o Império e à adoção de um projeto de desenvolvimento alternativo seja atraente, se analisarmos mais detalhadamente o contexto histórico da rebelião militar contra a monarquia veremos que uma insatisfação de cunho exclusivamente corporativo não pode justificar, por si só, a adoção de um projeto político, social e econômico para o país. O oficial preocupado exclusivamente com questões de cunho técnico-profissional exercerá uma militância que não transcenderá a área militar. Podemos perfeitamente encontrar oficiais defendendo ao mesmo tempo melhorias na área militar e a manutenção da ordem política, social e econômica vigente: militares ligados ao estabelecimento imperial como Caxias, Osório, Pelotas e o conde d'Eu, por exemplo, por diversas vezes pleitearam medidas para corrigir as deficiências

Exército, no Brasil, tem estado presente, sempre, nas lucubrações e nas realizações do pioneirismo administrativo. Isto no passado, quando se tratou de estradas de ferro, de linhas telegráficas, de siderurgia e, no presente, quando as questões se chamam petróleo e industrialização" (MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 22). As observações deste autor são particularmente interessantes na medida em que foi oficial de estado-maior do Exército e técnico de ensino para as escolas desta instituição.

³⁹ Agradecemos ao nosso orientador, Prof. Nelson Hideiki Nozoe, por ter levantado esta hipótese.

da organização militar brasileira.⁴⁰ Esta distinção entre militares voltados para um projeto de país e militares voltados exclusivamente para a modernização das Forças Armadas será mais nítida durante a República Velha, quando encontraremos oficiais como Hermes da Fonseca, Cardoso de Aguiar, Tasso Fragoso, Caetano de Faria e o grupo dos **jovens turcos** defendendo a modernização do Exército e até a implantação de indústrias estratégicas (siderurgia e armamento) sem, contudo, contestar a natureza sócio-econômica da república oligárquica.⁴¹ Para nós, portanto, como expomos no parágrafo anterior, o projeto econômico industrializante que encontramos de forma embrionária na **Tribuna Militar** e que marcaria a atuação política dos militares brasileiros por muito tempo, teria como origem uma oficialidade qualificada, educada com base nos padrões da oficialidade militar das grandes potências européias e com acentuada formação técnica, e que estaria insatisfeita, conseqüentemente, com a estrutura sócio-econômica, agrária e atrasada, de seu país.⁴² Esta linha de pensamento, caracte-

⁴⁰ A questão das reivindicações da oficialidade em prol da modernização da organização militar brasileira no período posterior à Guerra do Paraguai é trabalhada em SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, capítulo 4, *O Exército desprezado*, DUDLEY, William S. *Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889* e DUDLEY, William S. *Professionalization and Politicization as Motivational Factors in the Brazilian Army Coup of 15 November, 1889*. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge University Press, Vol. 8, Part I, May 1976, p. 101-125. Para este último autor, a frustração dessas reivindicações corporativas pode no máximo, no caso do 15 de novembro de 1889, explicar a má vontade da oficialidade menos politizada em defender a monarquia diante da ação dos militares rebeldes, mas não a ação revolucionária em si.

⁴¹ A questão das reivindicações modernizantes de caráter corporativo dos militares brasileiros ao longo da República Velha é bastante explorada por Franch D. McCann (ver McCANN, Franch D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, especialmente os capítulos 4 (Patriotismo e modernização), 5 (Profissionalismo e rebelião) e 6 (O Exército na década de 1920)). Quando falamos dos **jovens turcos**, estamos nos referindo a um grupo de jovens oficiais do exército brasileiro que estagiaram na Alemanha no final da década de 1900 e no início da década de 1910 e que de volta ao seu país passaram a lutar pela modernização de sua instituição com base nos moldes alemães, ganhando o apelido de **jovens turcos** por lembrarem a jovem oficialidade reformista do exército turco naquele mesmo período (ver CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*, p. 27-28, e McCANN, Franch D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*, o mencionado capítulo 4).

⁴² Para Nelson Werneck Sodré, oficial do Exército e defensor convicto do papel desenvolvimentista das Forças Armadas no Brasil, a função destas últimas deveria ser a de assegurar as liberdades democráticas e "assegurar o livre desenvolvimento da economia nacional". Em obra publicada originalmente em 1965 o autor citado diz o seguinte: "Não

rística de grupos militares do mundo subdesenvolvido, guiaria não somente, como dissemos, as posteriores intervenções políticas dos militares brasileiros, como também, por exemplo, a ação de Mustapha Kemal na Turquia, de Nasser e do grupo dos Oficiais Livres no Egito e de Velasco Alvarado e seus correligionários do Centro de Altos Estudos Militares no Peru.

Finalmente, encontramos no editorial do último número um trecho que de certa forma sintetiza a ideologia do jornal:

A exemplo das nações mais adiantadas, o Brasil precisa fazer-se respeitar, e para que o seu pavilhão seja elevado à altura que lhe compete nunca poderá prescindir do eficaz, sempre eficaz apoio das suas baionetas.

Há no progredir dos povos tantos interesses divergentes, tantas ambições mal entendidas, e diremos mesmo, tantas anomalias em seus modos de pensar, que somente pelo respeito que impõe o exército, a força armada de um deles, poderá sempre ter a primazia e ser respeitado, se não pela força do direito, ao menos pelo direito da força.

Longe de nós a propaganda da Nação em constante pé de guerra.

Não. Nunca!

O Brasil deve prosperar pela indústria, pela agricultura e pela ciência.

O exército, o seu exército, servir-lhe-á então somente de escudo, a cuja sombra descanse garantida toda a sua riqueza, todo o seu futuro.⁴³

Esta preocupação com o desenvolvi-

tem sido mera coincidência, evidentemente, a participação das Forças Armadas na solução de problemas como o da exploração petrolífera em regime de monopólio estatal, como o do aproveitamento dos nossos recursos em minerais atômicos, como o do desenvolvimento da siderurgia, e tantos outros. Tem derivado, naturalmente, do cumprimento daquela parte da missão que lhes cabe, e que se conjuga com a outra parte, a da manutenção das liberdades democráticas. Não seria possível a existência de Forças Armadas nacionais sem o cumprimento daquela missão, com o distanciamento de seu cumprimento, com o alheamento do que interessa ao país para a realização de seu desenvolvimento material: ao participar, como instituições, da gigantesca tarefa de desenvolvimento em bases nacionais, pelo aproveitamento das riquezas naturais em benefício do país, e não de outros países, as Forças Armadas colocam-se, inevitavelmente, ao lado das forças populares, e distanciam-se, inevitavelmente, do latifúndio e do imperialismo, os interessados em transferir tais riquezas ao exterior, em entregá-las aos trustes e monopólios externos" (SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*, p. 409).

43 *Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses gerais do país*, ano II, no. 20, 12 e 16 de março de 1882.

mento industrial dentro dos meios militares (pelo menos nos setores mais progressistas das Forças Armadas) aumentará durante os primeiros anos do regime republicano, com a ascensão, mesmo que por pouco tempo, do grupo militar ao poder. Cabe um destaque especial para o **florianismo**, movimento político-militar que girou em torno de Floriano Peixoto, que por sua vez é em geral considerado pela historiografia como um dos presidentes que mais dedicou esforços à indústria durante a Primeira República.⁴⁴ Em seus discursos, o **Marechal de Ferro** defendia, entre outras coisas, uma política industrializante e uma política de expansão das vias de comunicação; durante seu governo (1891-1894), sua política de apoio às atividades industriais se baseou essencialmente na introdução de tarifas protecionistas e num vultoso empréstimo público concedido a empresas manufatureiras em dificuldades financeiras.⁴⁵ Outro exemplo histórico a ser destacado dentro deste contexto é a militância do já citado Serzedelo Corrêa em defesa da indústria nacional: integrante da jovem oficialidade do grupo de Benjamin Constant que participou ativa e decisivamente da conspiração militar que derrubou a monarquia, Serzedelo se notabilizou como Ministro da Fazenda de Floriano Peixoto em 1892-1893 por sua responsabilidade nas já mencionadas medidas deste governo em apoio ao setor manufatureiro, e posteriormente, na década de 1900, se tornaria um arauto dos interesses da indústria nacional (para ele o único caminho para o país atingir sua independência econômica)

44 É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Nícia Vilela Luz (LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*), de John Schulz (SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*), de Steven Topik (TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, s/d) e do grupo *História Nova do Brasil* (ver o ensaio *O significado do Florianismo*. In: SANTOS, Joel Rufino dos. *História nova do Brasil. Vol. IV: Abolição – Advento da República – Florianismo*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 103-159).

45 Para uma análise da política econômica do governo Floriano, ver LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*, p. 169-172; SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 176-181; TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, p. 157-162, e o ensaio *O significado do Florianismo*. In: SANTOS, Joel Rufino dos. *História nova do Brasil. Vol. IV: Abolição – Advento da República – Florianismo*, p. 125-130.

no parlamento e na imprensa, vindo a ser, entre 1904 e 1912, o primeiro presidente do Centro Industrial do Brasil.⁴⁶ No entanto, como vimos, este tipo de projeto é moderado se o comparamos com o projeto econômico dos militares da década de 1930, os militares do final do século XIX se limitando a uma defesa genérica da indústria e a uma política econômica no fundo ainda situada dentro dos moldes liberais (incentivo às atividades industriais sem intervenção direta do Estado na produção), além de não mostrar preocupação com o estado arcaico das fábricas brasileiras.

⁴⁶ Para uma síntese da trajetória política de Serzedelo Corrêa, ver LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*, capítulo III, Aspectos do pensamento nacionalista brasileiro.

Para um maior desenvolvimento do projeto econômico militar seria preciso o surgimento de fatores externos, como a Primeira Guerra Mundial, onde a ligação entre de um lado o poderio bélico e do outro a grande indústria e o planejamento econômico ficaria mais evidente, e fatores internos, como o desenvolvimento industrial proporcionado pela expansão da economia cafeeira ao longo da República Velha, desenvolvimento que tornaria o contexto sócio-econômico mais favorável à elaboração de projetos de maior envergadura.

BIBLIOGRAFIA

O nihilista: orgao dos operarios, do exercito e da armada. Rio de Janeiro, 1883 (números 22 e 23 disponíveis em versão micro-filmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**, Coleção de Periódicos).

Tribuna militar: órgão das classes militares e dos interesses geraes do paiz. Rio de Janeiro: Typographia da Tribuna Militar, 1881-82. Periódico disponível em versão micro-filmada no **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil**, Coleção de Obras Raras.

ANCEAU, Éric. ***La France de 1848 à 1870: entre ordre et mouvement.*** Paris: Librairie Générale Française, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. ***As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador.*** In: CARVALHO, José Murilo de. ***Forças Armadas e política no Brasil.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 13-61.

CASTRO, Celso. ***Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

COSTA, Wilma Peres. ***A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império.*** São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996.

DUDLEY, William S. ***Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889.*** *Hispanic American Historical Review*, Vol. 55, No. 1, February 1975, p. 44-65.

_____. ***Professionalization and Politicization as Motivational Factors in the Brazilian Army Coup of 15 November, 1889.*** *Journal of Latin American Studies*. Cambridge University Press, Vol. 8, Part I, May 1976, p. 101-125.

GERSCHENKRON, Alexander. ***Atraso económico e industrialización.*** 2ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1973.

GORENDER, Jacob. ***A burguesia brasileira.*** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GREMAUD, Amaury Patrick, SAES, Flávio Azevedo Marques de, TONETO JÚNIOR, Rudinei. ***Formação econômica do Brasil.*** São Paulo: Atlas, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. ***A industrialização brasileira.*** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LUZ, Nícia Vilela. ***A luta pela industrialização do Brasil.*** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

McCANN, Frannk D. ***Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Joel Rufino dos. *História nova do Brasil. Vol. IV: Abolição – Advento da República – Florianismo*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

SANTOS, Nilton Pereira dos. *Um projeto geopolítico do governo Imperial Brasileiro: a fábrica de ferro São João de Ipanema (1860-1889)*. Trabalho apresentado no Seminário de pós-graduação em História Econômica, realizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 3 a 5 de setembro de 2008.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Fundamentos de economia marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *História militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, s/d.